Direito do Consumidor e a sua importância para o cidadão brasileiro

Autor(res)

Narda Roberta Da Silva
Sofia Lages Nunes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

O Direito do Consumidor corresponde a um conjunto de normas que tem como objetivo garantir a obtenção de produtos que não apresentem ameaças à vida ou à saúde, possibilitando a reivindicação de serviços com qualidade satisfatória. Oferecendo também a possibilidade do conhecimento de dados indispensáveis sobre produtos ou serviços para uma decisão consciente. Esses direitos são essenciais para equilibrar a relação de consumo, que muitas vezes é desigual devido ao poder econômico das empresas. A importância dos direitos do consumidor vai alem de simplesmente garantir a troca de um produto com defeito ou o reembolso de um serviço mal prestado, eles asseguram que tenham acesso a informações claras e precisas sobre os produtos e serviços que estão sendo adquiridos.

Objetivo

Este estudo busca enfatizar a relevância do conhecimento do Código de Defesa do Consumidor, verificando como este pode influenciar na defesa e garantia desses princípios.

Material e Métodos

Para a elaboração desta pesquisa foram realizadas buscas de acordo com os dizeres presentes na lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a qual dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, com foco nos artigos quarto (Redação dada pelo artigo 7º da Lei número 9.008, de 21.3.1995) e sexto (Lei número 8.078, de 11 de setembro de 1990). Dispondo-se principalmente sobre os direitos básicos e atendimento de qualidade satisfatória que deve ser oferecido ao consumidor.

Resultados e Discussão

Com base em dados apresentados pelo governo, no ano de 2020 houveram mais de dois milhões de reclamações relatadas no portal do consumidor, tendo 50% destas sido atendidas em um prazo médio de até oito dias e uma porcentagem alta de resolução destes problemas, 78% foram atendidos de forma satisfatória. O setor mais requisitado foi o de telecomunicação, seguido por serviços financeiros, varejo/comércio eletrônico, energia elétrica e indústria. O Código de Defesa ao Consumidor juntamente a plataformas e meios de comunicação oferecidos pelo governo mostraram uma boa efetividade na melhora dos índices de atendimento e indenização por produtos inadequados.

Conclusão

Desta forma, conclui-se que os direitos do consumidor são essenciais para a proteção do cidadão brasileiro, destacando o quanto é essencial a conscientização da população em relação ao Código de Defesa ao Consumidor, já que este confere ao indivíduo a capacidade de reivindicação de seus direitos, além de qualidade adequada de produtos e atendimento.

Referências

1) BRASIL. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/difulei8078.htm#:~:text=Artigo%204º%20%2D%20A%20Política%20Nacional,relações%20de%20consumo%2C%20atendidos%20os. Acesso em: 24/03/2024.

2) Secretaria Nacional do Consumidor apresenta dados consolidados de reclamações de consumo em 2020. Ministério da justiça e segurança pública. Brasília, 15/03/2021. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/secretaria-nacional-do-consumidor-apresenta-dados-consolidados-de-reclamacoes-de-consumo-em-2020#. Acesso em: 24/03/2024.